

Africanos e afrodescendentes na metrópole portuguesa (século XX): regresso ao “arquivo imperial”

RESUMO: Pouco se sabe sobre os africanos e afrodescendentes que viviam em Portugal no período que medeia entre o fim da escravatura e a independência das colónias portuguesas em África. Nestas notas de pesquisa, apresento um breve balanço da produção científica sobre a presença africana em Portugal em perspetiva histórica, para evidenciar o hiato que subsiste relativamente àquele período. Depois, identifico fontes impressas que podemos mobilizar e caminhos imprevistos no “arquivo imperial” que podemos seguir, para dar visibilidade aos habitantes, naturais e nacionais de origem africana no país e, em particular, em Lisboa. Concluo que uma história social das pessoas negras na metrópole imperial está ainda por fazer e exige criatividade heurística e metodológica, mas poderá também contribuir para desmistificar a homologia equívoca entre africano/negro e imigrante/estrangeiro na sociedade portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Africanos; afrodescendentes; arquivo imperial; história contemporânea; Portugal.

ABSTRACT: Little is known about Africans and Afro-descendants who lived in Portugal in the period between the end of slavery and the independence of Portuguese colonies in Africa. In this research notes, I present a brief overview of the scholarship on the African presence in Portugal in historical perspective, to highlight the gap that remains in relation to the abovementioned period. Then, I identify printed sources and unforeseen paths on the “imperial archive” to shed light on the inhabitants, naturals and nationals of African origin in the country and, in particular, in Lisbon. I conclude that a social history of Black lives in the imperial metropolis is not yet written and requires heuristic and methodological creativity. It may also contribute to demystify the equivocal homology between African/Black and immigrant/foreigner in Portuguese society.

KEYWORDS: Africans; Afro-descendants; imperial archive; modern history; Portugal.

Introdução

O que sabemos e o que falta saber sobre a história contemporânea dos africanos e afrodescendentes em Portugal?¹ Este texto não dá conta de resultados de uma pesquisa já concluída; assume-se antes como um conjunto de notas exploratórias e programáticas, fruto de algumas perplexidades e de encontros fortuitos no “arquivo imperial.”² Aponta e discute propostas metodológicas capazes de dar maior visibilidade e inteligibilidade à presença de africanos e afrodescendentes em Portugal, quando o país possuía um império centrado sobretudo em África e havia procedido à ocupação efetiva dos territórios africanos.³ O que se pretende evidenciar e vir a conhecer melhor são os naturais das colónias portuguesas no continente africano (Angola, Cabo Verde, Guiné “portuguesa,” Moçambique e São Tomé e Príncipe) sem ascendência europeia estabelecidos na metrópole; e os seus descendentes que nasceram ou viveram a sua primeira fase de socialização no Portugal metropolitano.⁴

Estas notas de pesquisa visam contribuir para que a breve prazo se venha a colmatar uma ausência, ou melhor, um hiato existente na historiografia: os estudos disponíveis, embora apostados em resgatar uma história silenciada, quase não abordam o período posterior à abolição da escravatura ou fazem-no de forma insuficiente. As dinâmicas africanas no Portugal novecentista, quando aparecem, são quase sempre reduzidas às decorrentes do movimento migratório da descolonização, como se africanos e afrodescendentes tivessem estado ausentes do espaço europeu, reemergindo apenas após 1974/75 e sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, período de crescimento e diversificação da imigração africana em Portugal.

O texto está estruturado em três partes. Na primeira parte, procede-se ao levantamento dos principais trabalhos de cariz historiográfico já realizados sobre a presença africana em Portugal e das lacunas que subsistem.⁵ De seguida, identificam-se as pesquisas que, embora tenham outros propósitos, nos podem ajudar a mapear os africanos e os afrodescendentes na metrópole imperial no século XX. Por fim, apontam-se fontes primárias e metodologias que podemos mobilizar para inscrever no espaço metropolitano e na história do último império os africanos e os afrodescendentes que habitaram no país e, em particular, em Lisboa. A história destes residentes e naturais foi descurada e ignorada por demasiado tempo, seja por conta do colonialismo e dos preconceitos raciais, pelas “armadilhas” da ideologia do Estado Novo e das categorias coloniais, pela menor dimensão do fenómeno face a épocas anteriores e posteriores, e ainda pela aparente escassez de fontes documentais.

Os estudos sobre a “Londres negra” e a “Paris negra” ou sobre os colonizados no coração do império britânico e do império francês, ao longo do século XX, constituem desde já excelentes referências para se estabelecer um quadro mais abrangente e comparativo sobre os africanos e afrodescendentes nas metrópoles europeias (ver, por exemplo: Blanchard 2012; Gilroy 2007; Goebel 2015; Matera 2015).

1. O Conhecimento Disponível

Durante o Estado Novo, António Brásio, padre da Congregação do Espírito Santo e historiador, debruçou-se sobre a presença secular de negros na então metrópole, num livro publicado pela Agência Geral das Colónias, na Coleção Pelo Império (Brásio 1944). Abordou os traços que deles permaneciam na etnografia, no folclore, na antroponímia e na lenda, bem como as confrarias “para pretos” em Lisboa e na província. O livro veiculava a posição ideológica do autor, comprometido com o regime nacionalista e colonialista e defensor de uma suposta missão evangelizadora e civilizadora dos portugueses.

Já em plena vigência do regime democrático em Portugal, é publicada uma investigação liberta do viés ideológico da anterior, da autoria de José Ramos Tinhorão (1988). O pesquisador brasileiro, especialista em musicologia, inscreveu a “presença silenciosa” dos negros na longa duração, e estudou os seus reflexos no teatro, na literatura de cordel, no fado-canção, no vocabulário e na devoção religiosa. O último capítulo do livro, sobre o “branqueamento dos negros em Portugal,” tratava da presença de descendentes de escravos em diversos pontos do sul do país, sobretudo com base nos trabalhos do etnólogo José Leite de Vasconcelos na transição do século XIX para o século XX. O livro, reeditado em 2019, só indiretamente nos traz a dimensão experiencial dos sujeitos africanos na vida social portuguesa (Martins 2019).

No final do século XX, o Ministério da Educação de Portugal publicou um livro do historiador e antropólogo francês Didier Lohon, dedicado à memória da escravidão negra em Portugal entre os séculos XV e XIX (Lohon 1999), e a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (CNCDP) patrocinou a exposição “Os Negros em Portugal – Sécs. XV-XIX,” patente ao público no Mosteiro dos Jerónimos até Janeiro de 2000, cujo catálogo teve coordenação científica de Maria Cristina Neto (investigadora do Centro de Antropobiologia do Instituto de Investigação Científica Tropical, de Lisboa) e Didier Lohon, que também assinaram vários textos. Algumas “Personagens

importantes,” como o poeta Caetano da Costa Alegre, oriundo de uma família crioula cabo-verdiana e nascido em São Tomé, e o médico mestiço Sousa Martins, foram alvo de apontamentos biográficos (Rodrigues 1999, 217-237). Num e noutro caso, o século XX não foi abordado.

Nos últimos doze anos, Isabel de Castro Henriques tem contribuído de forma consistente e continuada para a divulgação junto do grande público da história da herança africana em Portugal.⁶ Depois da publicação do livro *A Herança Africana em Portugal – Séculos XV-XX*, pelos Correios de Portugal (2009), organizou a exposição “Os Africanos em Portugal: História e Memória, Século XV-XXI,” realizada na Torre de Belém, acompanhada de catálogo (2011), que também foi apresentada em Coimbra, em 2012, e as brochuras *A Presença Africana em Portugal, uma História Secular: Preconceito, Integração, Reconhecimento (Séculos XV-XX)* (Henriques 2019a) e *Mulheres Africanas: O Discurso das Imagens (Sécs. XV-XX)* (Henriques 2019b), ambas patrocinadas pelo Alto Comissariado para as Migrações, no contexto da Década Internacional de Afrodescendentes. Nestes trabalhos há uma tentativa de alargamento do âmbito cronológico de análise ao período pós-abolição da escravatura no império português. Contudo, a presença africana no Portugal colonial novecentista é sobretudo remetida para o domínio do imaginário, dos modos de ver o “Outro.” Aborda-se a desvalorização e a ridicularização dos africanos em diversos média, as leis que instituem estatutos diferentes e os registos científicos, a imagem do “preto antropófago,” a promoção dos “zoos humanos” nas exposições coloniais ou as representações femininas na publicidade. Fernanda do Valle (pseudónimo literário da escritora e toureira cabo-verdiana Andréa do Nascimento) ou Virgínia Quaresma, a primeira jornalista portuguesa, mestiça, natural de Évora (Henriques 2019b, 47) aparecem como percursos singulares. Fica, porém, por conhecer a história social, as experiências de vida, as práticas profissionais, as subjetividades dos africanos e das africanas no coração do império.

Isabel de Castro Henriques é responsável por dois roteiros de percursos e lugares da memória africana na cidade de Lisboa (Henriques e Leite 2013; Henriques 2019c). O seu objetivo é dar “a ver a africanidade de Lisboa, dispersa numa pluralidade de memórias e de vestígios imateriais,” mas a presença de residentes africanos e afrodescendentes na cidade, no período da Primeira República e do Estado Novo acaba ficando obscurecida pelas representações (Henriques 2019c, 9). A autora analisa as construções da ideologia e da propaganda nacionalista e colonialista, fazendo-nos olhar para a reorganização imperial do espaço urbano, para os grandes eventos comemorativos (como a Exposição do Mundo

Português e a sua secção colonial), e inadvertidamente desvia-se e desvia-nos da procura dos africanos e dos afrodescendentes, sujeitos e agentes da história, que dia-a-dia – como começa por reconhecer – habitavam e construíam a cidade (Henriques 2019c, 8, 80-85).

A não inscrição das pessoas negras na história do século XX português anterior ao advento da democracia decorre da ideia que, na primeira metade do século, “as populações africanas introduzidas em Portugal através da escravatura desde meados do século XV tinham praticamente desaparecido,” salvo um pequeno contingente, onde se destacavam os jovens associados na Casa dos Estudantes do Império (Loude 2005, 11; Peralta e Domingos 2019). Vale a pena reequacionar esta ausência (eventualmente relativa, mas seguramente não absoluta) e olhar para além da imaginação imperial e das suas geografias, até porque Brásio escrevia no ano em que foi fundada a Casa dos Estudantes do Império:

Embora muito menos avultada do que em tempos idos, a população de cor é ainda hoje bastante numerosa em Portugal. . . .

São bastante numerosos, presentemente, os indivíduos de raça preta em Lisboa, uns de arribação e outros, os mais deles, nados e criados em Portugal. Quantos? Não nos é possível sabê-lo. Infelizmente o censo de 1940, não curou de raças, omissão tão lamentável como incompreensível, pois já se fazia em pleno século XVI. (Brásio 1944, 120-121)⁷

Num artigo intitulado “O Triunfo da Raça Negra – Como Vivem os Pretos de Lisboa?,” publicado em 1931 na *ABC: Revista Portuguesa*, encontram-se alguns dados concretos.⁸ No entanto, desconhecendo em que fontes o articulista se baseou, não conseguimos assegurar se as informações que veicula são fidedignas. O artigo, que não está assinado (mas provavelmente é da responsabilidade do editor), faz um elogio das “virtudes e qualidades da raça negra” e reconhece a sua capacidade para “dominar todas as funções sociais que o branco tinha como privilégio” (Anónimo 1931, [14]). Depois procura mostrar como vivia “A colónia africana em Lisboa,” que, “segundo uma recente estatística, revela uns cinco mil negros,” sendo que a maioria, “mais de dois mil e quinhentos, aproximadamente, está a estudar” (Anónimo 1931, [15]). Além dos estudantes, que frequentavam o ensino superior, mas também os liceus e o ensino particular, o artigo destaca alguns negros ilustres nas respetivas áreas profissionais, como o político José de Magalhães, os jornalistas e escritores João de Castro e Mário Domingues, ou o general Viriato Gomes da Fonseca, diretor do Instituto Geográfico Cadastral.

Não deixa também de mencionar que havia mais de mil operários negros no cais e nas oficinas lisboetas, e ainda *manicures*, datilógrafas, barbeiros, massagistas, criados de restaurantes, cauteleiros e engraxadores. Finalmente, afirma que “Só um por cento da população negra da capital cai no vício e no crime” e, na maioria das vezes, arrastada por brancos (Anónimo 1931, [15]).

2. Reversão do Ângulo de Análise

Difícilmente conseguiremos apurar com precisão a dimensão quantitativa da presença africana em Portugal ao longo do século XX até 1974, mas há formas de nos aproximarmos da dimensão qualitativa. É possível começar a carrear elementos para uma cartografia do quotidiano, das vivências, das sociabilidades de africanos e afrodescendentes na capital imperial, desde logo em trabalhos elaborados com outros objetivos. Sugiro que se revisitem, por um lado, estudos que focam a emergência do movimento negro em Portugal, nas suas dimensões política e cultural (associações, imprensa, produção jornalística, literatura); por outro, estudos sobre as migrações e os imigrantes africanos em Portugal.

José Castro e José Luís Garcia (1995) estabeleceram o pano de fundo da contestação anticolonial na metrópole, no período republicano. A sua análise centrou-se nas posições anticoloniais veiculadas pelo jornal operário *A Batalha*, em particular os artigos do jovem jornalista afro-português Mário Domingues, na criação do Partido Nacional Africano, na polémica entre este e a Liga Africana, e nas divergências patentes no Congresso Pan-Africano.

Mário Pinto de Andrade (1997), embora interessado em estabelecer uma genealogia do nacionalismo africano, procedeu ao levantamento da imprensa e associações criadas em Lisboa por africanos e afrodescendentes (no livro este conceito não é usado) nas primeiras décadas do século XX. Refere-se, designadamente a: *O Negro: Órgão dos Estudantes Negros*, criado no mesmo ano em que foi criada a Universidade de Lisboa (1911); à primeira organização pan-africana portuguesa, a Junta de Defesa dos Direitos d'África (1912), cujo órgão oficial era *A Voz d'África*; à Liga Africana, fundada em 1920, apoiada pelo *Correio de África*; ao Partido Nacional Africano (1921); e a personalidades como António Rebelo Cabral, João de Castro, José António de Magalhães, Martinho Nobre de Mello ou Ayres do Sacramento Menezes, entre outros.

Pedro Aires Oliveira (2017) examinou a iniciativa de ativistas pan-africanistas em Portugal, muitos deles crioulos ou africanos “assimilados” originários das colónias portuguesas, e as ambiguidades do seu relacionamento com as

autoridades coloniais na metrópole no período entre-guerras, concretamente face às crescentes pressões internacionais para que o domínio imperial português fosse mais “esclarecido.”

Recentemente, Pedro Varela e José Pereira (2019 e 2020), na senda do trabalho de Mário Pinto de Andrade, mas propondo interpretações distintas, analisaram as origens do movimento negro e da contestação antirracista em Portugal no século XX, focando a geração de 1911-1933, cuja atividade decorreu em associações e jornais de Lisboa e se integrou no movimento pan-africano internacional. Também Cristina Rodão (2019), num artigo de divulgação sobre o movimento feminista negro em Portugal, nos reenvia para o seu surgimento no contexto da Primeira República em Lisboa.

A imprensa do movimento negro ou pan-africano das primeiras décadas do século XX, já analisada para o apuramento das ideias políticas, seja “protonacionalistas,” seja mais ou menos abertamente anticoloniais, antirracistas ou feministas, pode também ser um ponto de entrada nas questões sociais e nas vivências urbanas das populações africanas e afrodescendentes.

José Luís Garcia (2012 e 2017) voltou a examinar o percurso singular de Mário Domingues e o seu papel na emergência de um discurso anticolonial e antirracista. A biografia do jornalista e escritor nascido no Príncipe também nos permite refletir sobre a sua história de vida enquanto afrodescendente em Lisboa na primeira metade do século XX. Nascido numa roça, em 1899, filho de um funcionário de uma empresa portuguesa e de uma serviçal de Angola que ali trabalhava como contratada, foi levado para Lisboa com apenas 18 meses. Na capital, foi criado por parentes paternos num ambiente de classe média, sem qualquer contacto com a mãe que, durante anos, julgou morta. O seu romance autobiográfico *O Menino entre Gigantes* (Domingos 1960) é raro e valioso enquanto fonte histórica. Dá-nos conta das vivências e emoções – mormente decorrentes da discriminação racial de que foi alvo e da descoberta da verdade sobre a mãe angolana – experienciadas durante a infância por um mulato na Lisboa africanista dos anos que medeiam entre o *Ultimatum* e a instauração da Primeira República (Grossegese e Thorau 2009, 25).

O poeta e geógrafo Francisco José Tenreiro, intelectual de “múltiplas faces,” “insigne figura da são-tomensidade” (Mata 2010, 9), tem sido estudado sobretudo pela sua obra literária no contexto da emergência das literaturas africanas de língua portuguesa, mas enquadra-se numa situação semelhante à de Mário Domingues e de tantos outros indivíduos, nascidos nas colónias, filhos

de pais brancos e mães negras, subtraídos à envolvente materna e enviados para a metrópole para serem criados pelas famílias paternas.⁹

No contexto da guerra colonial, houve vários casos (quantos, falta apurar) de crianças africanas “perfilhadas” por soldados portugueses. Catarina Gomes escreveu um conjunto de reportagens no jornal *Público* (2013-2015) e um livro (2018) sobre os filhos que os militares portugueses tiveram com mulheres africanas e deixaram em África. Falta um estudo sobre os filhos de África, retirados do seu meio, e levados para Portugal. Numa crónica publicada na revista *Permanência*, da Agência Geral do Ultramar, depois de narrar um episódio passado em Dezembro de 1961, em que, perante dois meninos encontrados numa sanzala destruída pelos “bandos de Holden Roberto,” dois soldados se ofereceram para “tomar conta deles” e “tratá-los como filhos,” o cronista afirma:

é um episódio entre milhares análogos. Sempre que encontraram – ou encontram – crianças abandonadas, durante as operações em Angola (e estamos certos de que sucede o mesmo em Moçambique e na Guiné) os militares portugueses recolhem-nas, cuidam delas e, em muitas ocasiões, levam-nas para junto das suas famílias, na Metrópole, educam-nas como filhos. Nenhuma que avistem ficará “entregue aos bichos...” (Reed 1971, 20)

Apresentados como ilustração do suposto humanismo português, estes casos envolveram uma grande dose de ambiguidade e de violência explícita e simbólica, e podemos encará-los como tentativas de aliviar a consciência, já que, muitas vezes, os pais, as famílias, as aldeias dessas crianças foram dizimadas pela tropa portuguesa. Este assunto, de enorme melindre ético, foi tratado com mestria literária por António Lobo Antunes, no romance *Até que as Pedras se Tornem mais Leves que a Água* (2017).

Embora o foco não seja a presença dos africanos em Lisboa, os trabalhos sobre a Casa dos Estudantes do Império (1944-1965), associação de enquadramento e assistência aos estudantes oriundos das colónias portuguesas a estudar na metrópole, com sede na Avenida Duque d’Ávila, e com um primeiro lar na Rua Carlos Barreiros, também fornecem elementos que nos podem ajudar a mapear locais e circuitos para uma cartografia social africana em/de Lisboa (nomeadamente, Borges et al. 1995; Sanches 2013; Castelo e Jerónimo 2017). Esse trabalho terá igualmente que ter em conta a presença dos profissionais de origem africana da marinha mercante portuguesa, associados no Clube Marítimo Africano (1955-1961). Esta agremiação desportiva, lúdica e cultural, com sede na Calçada

de São Vicente à Graça e depois na Rua Augusto Rosa, junto à Sé Catedral de Lisboa, dispunha de um posto médico e uma escola para a comunidade africana (Rocha 1998; Zau 2005). Por ambas as associações e pelo Centro de Estudos Africanos, reunido na rua Actor Vale, passaram futuros militantes e líderes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas.¹⁰ De igual forma, as memórias e as entrevistas de antigos sócios da Casa dos Estudantes do Império e militantes dos movimentos anticoloniais e de libertação africana poderão conter dados úteis sobre a experiência de vida desses indivíduos na metrópole (Chabal 1994; Chissano 2011, entre outros).

Finalmente, uma história dos africanos e afrodescendentes em Lisboa antes da descolonização não poderá ignorar a chegada a Portugal da primeira vaga de migração laboral de Cabo Verde, no final da década de 1960 (Carreira 1977; Lopes Filho 2007; Góis 2008; Machado 2009; Vasconcelos 2012). Fomentada pelos poderes públicos, esta migração respondia a carências de mão-de-obra em diversos setores da economia portuguesa, devido à mobilização dos jovens para a guerra colonial e ao crescimento da emigração para França e Alemanha, a partir de 1963. A maioria dos trabalhadores cabo-verdianos concentrou-se na região metropolitana de Lisboa e trabalhava na construção civil e nas obras públicas (nomeadamente nas obras do metro) no centro do império. Sabe-se pouco sobre estes migrantes, desde logo não se sabe a real dimensão do fenómeno porque, tratando-se de uma migração “interna” (no seio da autoproclamada nação pluricontinental), não havia registo desse movimento (Machado 2009, 135). Uma aproximação através dos dados do censo de 1981 ao número de nacionais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa que tinham chegado a Portugal antes de 1974 revela que em 12112 indivíduos, 8055 (47%) eram de Cabo Verde (Pires 2003, 120 e 123). Seria útil proceder ao apuramento, no *Anuário Estatístico do Ultramar*, do movimento de passageiros entre Cabo Verde e Portugal (e vice-versa) nos anos anteriores à independência daquele país africano. Procurando ir além da questão numérica, poderá ser útil consultar: o inquérito promovido em 1972 pela Casa de Cabo Verde junto dos trabalhadores cabo-verdianos residentes em Lisboa e arredores;¹¹ o arquivo do Centro de Apoio aos Trabalhadores Ultramarinos – CATU, criado “durante a fase de maior carência de mão-de-obra em Portugal” e “encarregado de receber os trabalhadores cabo-verdianos e encaminhá-los para os locais onde a falta de braços se fazia sentir mais” (Lopes Filho 2007, 84);¹² e a imprensa e outros órgãos de comunicação social. Esta última sugestão também resulta do que nos diz João Lopes Filho:

Eram, então, “desejados,” e as suas reuniões dominicais na Praça Luís de Camões e no Jardim da Estrela (a fim de permutarem notícias da terra, ler e escrever cartas e enviar encomendas a familiares e fornecer informações aos patrícios recém-chegados), dado o seu “exotismo” face aos hábitos citadinos, foram tema de desenvolvidas reportagens por parte de vários órgãos da comunicação social. (Lopes Filho 2007, 84)

3. Revisitando o “Arquivo Imperial”

Quando, em 2000, iniciei no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa, Portugal) a pesquisa para a elaboração do meu projeto de tese de doutoramento sobre a migração de portugueses da metrópole para Angola e Moçambique, comecei por consultar o ficheiro topográfico que existia na sala de referência e leitura daquele arquivo. Nesse ficheiro, constituído por fichas que reproduziam os elementos constantes nas guias de remessa da documentação do Ministério das Colónias/ do Ultramar para o Arquivo Histórico Ultramarino, percebi que poderia dispor de um conjunto de maços com “processos de colonos,” “passagens de colonos,” mas também “processos de colonos e repatriados” e “passagens de colonos e repatriados” referente grosso modo à primeira metade do século XX.¹³ Devido ao meu tema de investigação optei por me focar apenas nos processos de colonos (a parte mais significativa da série documental), deixando para outra ocasião os “repatriados,” que também apareciam na documentação de arquivo (embora em muito menor número). Inicialmente pensei que se tratava de portugueses instalados nas colónias que pediam para regressar à metrópole (provavelmente assim seria se estivesse a consultar os arquivos dos governos coloniais). Porém, logo que requisitei o primeiro maço, percebi que eram pessoas naturais das colónias que viviam em Portugal e pediam “passagem de repatriado” para regressar à terra da sua naturalidade, alegando carência de meios para pagar o transporte; eram africanos na sua esmagadora maioria. Foram as suas fotografias, fotos tipo passe apenas aos processos, que o evidenciaram. Mulheres, homens e crianças, negros e mestiços, originários das colónias, habitando no centro do império. Não se tratava dos africanos trazidos para serem exibidos nas exposições coloniais, mas de uma presença quotidiana na metrópole.

A análise daqueles processos em agregado remete-nos para a questão da gestão e controlo dos movimentos populacionais no seio do império colonial português (só em Fevereiro de 1962 seria decretada a livre circulação de pessoas

no seio do então criado “espaço económico português”).¹⁴ Ajuda-nos a perceber as expectativas e ansiedades estatais relativas à fixação de metropolitanos em África e de africanos na metrópole, sobretudo a preocupação com sinais de pobreza de brancos em África e de africanos na metrópole. Uns e outros tinham de provar ter colocação garantida ou alguém que assegurasse o seu sustento no destino. A gestão (e o controlo) dos fluxos populacionais no império é um tema que merece um estudo específico. Mas aqui quero refletir sobre o contributo desta documentação para uma história social dos africanos em Portugal após a abolição da escravatura e ao longo da primeira metade de novecentos.

Os processos eram instruídos a partir da apresentação de um requerimento dirigido ao ministro das Colónias pelo interessado, por alguém em sua representação (no caso de o requerente ser analfabeto), pela Polícia de Segurança Pública – PSP ou pela polícia política (no caso de ilegais e indigentes), ou pelo governador civil (relativamente a pessoas que se encontravam na cidade sem recursos), acompanhado de duas ou três fotografias, certidão de nascimento, certificado do registo criminal e atestado de pobreza passado pelo regedor da freguesia. Pontualmente eram anexados outros documentos, como atestados de óbito de progenitor do requerente ou cartas. Os processos permitem-nos conhecer os que foram autorizados a embarcar na condição de repatriados (a favor dos quais eram emitidas guias de embarque), os que não foram autorizados a embarcar e os que faltaram ao embarque.

Embora aqueles processos sejam de indivíduos que queriam deixar a metrópole e voltar a África, e enquanto não localizamos outras fontes documentais relativas à presença na metrópole imperial de africanos e descendentes de africanos livres originários das colónias portuguesas, gostaria de argumentar que os processos de repatriados nos ajudam a compor um panorama (parcial, com falhas e imprecisões) de quem eram, como e porquê se encontravam em Portugal, onde moravam, que profissão tinham, que dificuldades enfrentavam. Os processos deixam entrever aspetos demográficos, sociais, económicos e culturais que se prendem com a situação colonial, mas também remetem para o contexto nacional e internacional. Como se percebe, não estamos perante uma ausência no arquivo, mas de uma presença que ainda não mereceu a devida atenção. Desde logo a não existência de uma descrição do âmbito e conteúdo da série documental fornecida pelo AHU compromete a sua apreensão (o leitor apenas tem acesso ao título).

É meu propósito analisar aqueles processos no âmbito da minha participação no projecto AFRO-PORT (Afro-Descendance in Portugal: Sociability,

Representations and Sociopolitical and Cultural Dynamics. A Study in the Lisbon Metropolitan Area).¹⁵ De momento, posso afirmar que entre os africanos em Portugal se encontravam naturais de várias colónias, homens e mulheres, solteiros e casados, sem e com filhos, adultos, jovens e crianças, motoristas, criadas de servir, mulheres a dias, trabalhadores manuais, estudantes de diferentes graus de ensino, desempregados, indigentes, indivíduos que chegaram ilegalmente escondidos em navios, indivíduos repatriados dos EUA e de França. A partir de uma amostragem aleatória de processos de repatriados foi possível identificar cinco modalidades de entrada de africanos na metrópole, na primeira metade do século XX. Apresento em baixo exemplos ilustrativos de cada uma delas.

1. Contratados nas colónias por portugueses, como serviçais domésticos, criadas, motoristas (inclui menores contratados para serviços domésticos).

1.1. Joaquim Domingos André, natural de Luanda, descreve-se como “um pobre preto . . . vítima da crise que arrasta por Lisboa uma vida de quase vagabundo, sofrendo todas as inclemências da maior miséria agravada por ser casado e para cúmulo da desdita [ter] uma filha recém-nascida.” Em Outubro de 1934, “suplica” passagem gratuita para a terra da sua naturalidade, apenas para si, pois seria “um transtorno” levar naquele momento a família, e porque tem “cá uma alma caridosa que recolhe a mulher,” que vai trabalhando “a dias.” Vivia na Avenida João Crisóstomo.¹⁶

1.2. Irene Júlia da Conceição, que havia trazido “na sua companhia, de Angola para a Metrópole, a indígena Cristina de Jesus, de 50 anos de idade provável, natural daquela Colónia, que não deseja aqui continuar,” solicita ao ministro das Colónias que “mande conceder passagem à dita indígena,” em Janeiro de 1935. A patroa havia depositado o valor da passagem de regresso na Direcção de Serviços de Negócios Indígenas, em Julho de 1932. Não junta a certidão de idade da “indígena” “por não a possuir.”¹⁷

1.3. Maria de Lourdes, de 42 anos, filha de pais incógnitos, natural de Benguela, foi levada com cerca de 12 anos para Portugal por um casal, em casa de quem serviu como criada. Deixou essa casa devido aos maus tratos dos patrões, tendo servido depois noutras casas. Nos últimos tempos não consegue trabalho, nem mesmo “a dias.” Pede para ser repatriada em Março de 1940.¹⁸

1.4. Maria Simões, de 16 anos, natural de Bissau, Guiné, viera em 1945 (com 13 anos) para a metrópole como criada, trazida pela Senhora D. Leopoldina Pontes Hugh, casada com um senhor de nacionalidade alemã. Os patrões

separaram-se e a antiga patroa ficou sem meios de continuar com a criada, pois também ela se viu na circunstância de ir servir para se sustentar a si e aos filhos. Neste caso, passagem paga pelo fundo de colonização, porque o vapor da Companhia Nacional de Navegação, em que o Ministério das Colónias tinha direito a cinco passagens gratuitas para Cabo Verde e Guiné, estava em reparação.¹⁹

2. Menores trazidos pelo pai português/branco ou enviados por este para casa de familiares paternos.

2.1. Filipe Dias Martins, de 26 anos, natural do Chindambo, Lubango (Angola), filho de José Dias Martins e de Mariana, fora levado pelo pai para a Maia, aos 9 anos. O pai regressou pouco depois a África “sem nunca mais se interessar pelo filho, que não voltou a ter notícias dele.” “O rapaz é de cor,” “vive em precárias condições” e deseja voltar “à terra da sua naturalidade para se juntar a seu pai,” segundo informa o delegado policial do Concelho do Porto, em Novembro de 1939.²⁰

2.2. Domingos Tavares, 18 anos, do Amboim, “filho de Domingos Faztudo falecido e de Julieta Faztudo, tendo vindo para Portugal para se educar, encontra-se impossibilitado de continuar esta [educação] devido às precárias condições em que se encontra, desde o falecimento de seu pai.” Vivia no Porto, mas “Exausto de procurar um emprego cá,” a 6 de Novembro de 1934, solicita “a sua repatriação para a terra da sua naturalidade.”²¹

3. Jovens que vinham frequentar estabelecimentos de ensino.

3.1 Três irmãos de 17, 14 e 12 anos, naturais de Benguela, Ambriz e Luanda, estudantes num liceu da capital, viviam com o pai, oficial da fazenda da Colónia de Angola, em Lisboa, para onde este tinha vindo para se tratar de uma “grave enfermidade.” Este facto remete-nos para a falta de investimento no domínio da saúde nas colónias portuguesas. Com a morte do pai, as crianças ficaram “por caridade” em “casa de umas senhoras que por serem também bastante pobres não [podiam] por mais tempo mantê-los.” Daí que a viúva, residente em Luanda, requeria ao ministro das Colónias passagens para os filhos e a enteada como repatriados, em Julho de 1941.²²

3.2. Vito José de Sousa, estudante, natural de Bolama, faltou ao embarque que lhe tinha sido marcado no vapor Guiné, saído de Lisboa a 16 de Fevereiro de 1937, por motivo de doença. Depois de restabelecido, volta a requerer “passagem de repatriação” no vapor de 23 de Março de 1937, sendo-lhe concedida.²³

4. Migrantes oriundos de colónias onde não se aplicava o estatuto do indígena (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe).

4.1 Gabriel Jorge Silveira, de 20 anos, solteiro, serralheiro, natural de São Tomé, “veio para o Continente para se empregar, não o tendo conseguido,” pediu “alimentação e guarida” na Polícia, que o internou no Albergue da Mendicidade da Mitra. Em Agosto de 1942, o segundo comandante da PSP, de Lisboa, requer passagem gratuita para o referido “indigente.”²⁴

5. Clandestinos

5.1 Indivíduo cabo-verdiano, preso nas instalações da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, havia embarcado ilegalmente no porto da cidade da Praia com destino a Lisboa. Aquela polícia pede ao Ministério das Colónias a sua repatriação, em Fevereiro de 1940.²⁵

As situações de maus tratos, trabalho infantil, desemprego, e falta de perspectivas na metrópole, mesmo quando se trata de indivíduos com estudos, não podem deixar de ser equacionadas num contexto marcado pela subalternização dos africanos, pelos entraves à sua promoção social e pela discriminação racial. São frequentes os casos de filhos ilegítimos ou de pais incógnitos, o que nos remete para a miscigenação fora de relações legalmente constituídas e para a violência sexual. Está por fazer uma história da miscigenação forçada e das crianças mestiças e negras retirados às mães.

Isabel de Castro Henriques, numa entrevista recente sobre o seu percurso pioneiro na história de África em Portugal, referiu-se à modalidade identificada acima (ponto 1.), ao abordar um episódio da sua vida que a marcou muito como pessoa.

A minha família tinha uma quinta na zona do Ribatejo onde passava sempre, com os meus pais e os meus irmãos, uns largos dias no Verão: a velha cozinha da casa, a senhora Maria, era negra e conversava comigo. Contou-me que era de Angola e que tinha sido vendida como escrava em São Tomé quando era criança. Como é que era possível que uma pessoa que eu conheci com 10, 12, 14 anos tivesse sido vendida como escrava? Já não havia escravos... A escravatura tinha sido abolida, mas na sua memória persistia esse facto doloroso da infância: tinha sido vendida como escrava. Não sei se de facto foi ou não vendida, mas, para ela, essa era uma situação real. Na altura eu nada sabia nem de história, nem de África, mas hoje penso que ela terá sido levada criança para São Tomé, acompanhando a mãe angolana e serviçal para

as roças de cacau, e depois entregue provavelmente a uma família de roceiros portugueses, separada da mãe e acabando por vir parar a Portugal. Bem tratada na quinta como doméstica da altura, nunca perdeu a memória terrível de uma suposta escravização em São Tomé. (Silva e Direito 2019, 223)

Esta memória de infância de Isabel Castro Henriques parece ter escapado ao seu exame crítico enquanto historiadora. O estudo de Inês Brasão (2012) sobre a condição servil em Portugal durante o Estado Novo foi feito com base em entrevistas a antigas criadas. Importa prosseguir-lo e alargá-lo, incluindo na análise as criadas trazidas de África e procurando averiguar como se jogou a questão racial na construção social da trabalhadora servil doméstica na metrópole imperial.

Os casos referidos acima fornecem-nos pistas para um alargamento e aprofundamento do trabalho heurístico. Algumas sugestões por onde prosseguir: no fundo da Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos (no Arquivo Histórico Ultramarino), no fundo da Junta Nacional da Marinha Mercante (no Arquivo Histórico da Marinha), nos fundos dos Governos Cívicos (nos Arquivos Distritais e no caso do Arquivo Distrital de Lisboa, na Torre do Tombo), nos arquivos dos estabelecimentos de ensino secundário e superior, do Porto de Lisboa, da PSP, da PVDE/PIDE, em espólios pessoais.

Em articulação com a localização e análise de fontes de arquivo, de carácter institucional e pessoal, da imprensa e da literatura da época, urge mobilizar a metodologia da história oral, mais capaz de nos transportar para o domínio das identidades e das subjetividades. Importa entrevistar os cabo-verdianos e cabo-verdianas que ainda possam dar o seu testemunho pessoal sobre as suas vivências da grande Lisboa nos anos 60-inícios dos anos 70, solicitar-lhes o acesso a fotografias, correspondência e outros documentos de carácter particular que tenham conservado.²⁶ Para além daqueles depoentes, há um amplo universo de potenciais entrevistados entre naturais de África em Portugal e, tirando partido dos processos de constituição de pós-memória (Hirsch 2008, 103), entre portuguesas e portuguesas de origem africana.

Conclusão Provisória

Este texto identifica lacunas que subsistem no nosso conhecimento sobre a história social dos africanos e afrodescendentes no centro do império português e aponta caminhos de pesquisa em duas direções que se podem complementar. Por um lado, propõe uma releitura de trabalhos já realizados com

outros enfoques, mas que incluem elementos úteis sobre a presença africana em Portugal, ao longo do século XX. Por outro, sugere que se estude, de forma sistemática e exaustiva, as fontes aqui referenciadas, e se procure ativamente localizar outros vestígios documentais da presença africana contemporânea no país. A pesquisa em fontes escritas deverá ser, sempre que possível, cruzada com fontes visuais e fontes orais. Os historiadores da época contemporânea não devem continuar a passar ao lado desta história. A ocultação das pessoas africanas e afrodescendentes, negras e mestiças, portuguesas (assim autoidentificadas ou não) na metrópole imperial articula-se com a persistência do racismo e da discriminação racial na sociedade portuguesa contemporânea. Cabe aos que se reveem numa prática historiográfica eticamente e civicamente empenhada arranjar maneiras de pensar e escrever uma história com gente africana e afrodescendentes dentro (também do que era o centro metropolitano), na sua pluralidade social e cultural, e desmistificar a homologia equívoca entre africano/negro e imigrante/estrangeiro.

NOTAS

1. A revista *Cadernos de Estudos Africanos* dedicou um número especial aos “Africanos e Afrodescendentes no Portugal Contemporâneo.” Aí “as populações naturais ou provenientes de África estabelecidas em Portugal, incluindo os respetivos descendentes,” foram sobretudo tratadas do ponto de vista das ciências sociais (Vasconcelos 2012, 16).

2. Como Reid e Paisley (2017), encaro o “arquivo imperial” enquanto recurso e objecto de investigação, onde se joga a relação dinâmica entre produção do conhecimento, processos de registo (envolvendo inscrição e esquecimento) e poder colonial.

3. Em Angola, na Guiné e em Moçambique, só depois de concluídas as campanhas militares de ocupação, iniciadas na década de 1890, foi possível proceder à implementação efetiva da administração portuguesa em toda a extensão dos territórios. Reportamos, portanto, ao período do século XX até 1974-75 (aquando das independências das colónias portuguesas em África).

4. No período colonial, as categorias usadas eram sobretudo raciais ou relativas ao estatuto jurídico das populações colonizadas (indígena e assimilado), refletindo o próprio estatuto as políticas de diferença racial. A Organização das Nações Unidas, que estabeleceu 2011 como o Ano Internacional de Povos Afrodescendentes e proclamou depois a Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024), não explicita o papel do colonialismo moderno na construção desta categoria. Nela engloba os povos de ascendência africana que vivem fora do continente africano, “Seja como descendentes das vítimas do tráfico transatlântico de escravos ou como migrantes mais recentemente . . . Todos eles

são, com frequência, vítimas de discriminação perante a justiça, enfrentam alarmantes índices de violência policial e discriminação racial” (ONU, “Década Internacional de Afrodescendentes,” *Contexto*. Disponível em: <http://decada-afro-onu.org/background.shtml>).

5. Não farei referência aos trabalhos exclusivamente sobre escravos e/ou libertos negros em Portugal na época moderna.

6. Sobre o percurso académico desta historiadora portuguesa e o seu contributo para a história de África, veja-se a entrevista concedida a Silva e Direito, 2019.

7. A população negra de Lisboa na época moderna era cerca de 10% da população total. A inexistência de informação sobre origem étnico-racial é uma constante nos censos gerais da população portuguesa e tem sido muito debatida nos últimos anos, após uma recomendação da ONU para o apuramento censitário da diversidade étnica (nomeadamente, Martins). No recenseamento geral da população de 1940 e 1950, dispomos apenas do total de portugueses naturais das colónias portuguesas com residência habitual em Portugal. Eram 5487 (sendo 2448 homens) e 8361 (sendo 3873 homens), respetivamente, os naturais das colónias portuguesas residentes na capital, em 1940 e 1950 (Portugal, Instituto Nacional de Estatística 1945, 49; e Portugal, Instituto Nacional de Estatística 1952, 567). Estas cifras, além de nada nos dizerem sobre os afrodescendentes (já nascidos na metrópole), agregam os naturais de todas as colónias portuguesas e de qualquer origem étnica.

8. Foi Rodão (2019) que nos alertou para este artigo. Refira-se que a *ABC foi fundada por Mimon Anahory e Rocha Martins; Herculano Pereira assegurava o cargo de diretor substituto e Carlos Ferrão era o editor*.

9. Nalguns casos, de relações mistas assumidas, as mães acompanharam os filhos, enviados para estudar na metrópole, dada a escassez de liceus e escolas técnicas nas colónias e a ausência de ensino superior até muito tarde (em Angola e Moçambique, os Estudos Gerais Universitários só seriam criados em 1962).

10. Sobre as elites fundadoras dos movimentos de libertação africanos (MPLA, PAIGC e FRELIMO) que se formaram no centro metropolitano (Mateus 1999).

11. Maria Margarida Mascarenhas, “A Mão-de-Obra Cabo-Verdiana,” *Presença Crioula* 3 (Março 1973), cit. in Lopes Filho 2007, 57-58.

12. Segundo Monteiro (1995, 87), o CATU foi criado por despacho conjunto dos titulares do Ministério do Ultramar e do Ministério das Corporações e entregue ao Secretariado Nacional da Emigração (SNE). Há cerca de 20 anos, o Arquivo do SNE estava à guarda do centro de documentação da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas. Recentemente contactei essa Direção-Geral para saber se podia consultar a documentação produzida pelo CATU. Fui, então, informada de que o arquivo da SNE tinha sido integrado no Arquivo Histórico-Diplomático (AHD). No Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), entre a documentação da Repartição de Povoamento e Assuntos Demográficos, da Direcção-Geral de Economia, do Ministério do Ultramar, encontram-se

documentos produzidos pelo Núcleo de Apoio aos Trabalhadores Migrantes Cabo-verdianos, serviço destinado a enquadrar estes migrantes, e que antecedeu a criação do CATU.

13. Processos produzidos pelo Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar e, a partir de 1911, pelo Ministério das Colónias, especificamente pela Direção-Geral de Administração Política e Civil. A concessão de passagens de colonos foi regulada inicialmente pelo decreto de 27.11.1907.

14. Decreto n.º 44171, *Diário do Governo*, n.º 22/1962, Série I, 1.2.1962.

15. Projecto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, de Portugal, coordenado por Iolanda Évora, do CEsa, ISEG, Universidade de Lisboa, e co-coordenado por Inocência Mata, Centro de Estudos Comparatistas, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

16. AHU, MU, DGAPC, RNPAC, cx. 4.

17. AHU, MU, DGAPC, RNPAC, cx. 4.

18. AHU, MU, DGAPC, RNPAC, cx. 1, 2.

19. AHU, MU, DGAPC, RNPAC, cx. 5.

20. AHU, MU, DGAPC, RNPAC, cx. 4.

21. AHU, MU, DGAPC, RNPAC, cx. 4.

22. AHU, MU, DGAPC, RNPAC, cx. 23, 1.

23. AHU, MU, DGAPC, RNPAC, cx. 23, 1.

24. AHU, MU, DGAPC, RNPAC, cx. 23, 1.

25. AHU, MU, DGAPC, RNPAC, cx. 4. No Arquivo Histórico da Marinha há documentação relativa à presença de passageiros clandestinos de origem africana nos navios que faziam a ligação entre os territórios coloniais e Portugal. Informação prestada à autora pela historiadora Yvette dos Santos, email, 18 de Março de 2021.

26. Este trabalho de registo de histórias de vida começou a ser feito no âmbito do já referido projeto de investigação AFRO-PORT.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico Ultramarino

Ministério das Colónias, Direcção-Geral de Administração Política e Civil,
 Repartição de Negócios Políticos e Administração Civil, Processos de passagens
 de colonos e repatriados.

Ministério do Ultramar, Direcção-Geral de Economia, Repartição de Povoamento
 e Assuntos Demográficos, Núcleo de Apoio aos Trabalhadores Migrantes
 Cabo-Verdianos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, Mário Pinto de. 1997. *Origens do Nacionalismo Africano: Continuidade e Ruptura nos Movimentos Unitários Emergentes da Luta contra a Dominação Colonial Portuguesa 1911-1961*. Lisboa: Dom Quixote.
- Anónimo. 1931. “O Triunfo da Raça Negra – Como Vivem os Pretos de Lisboa?” *ABC: Revista Portuguesa* 551 (5 de Março): 14-15.
- Antunes, António Lobo. 2017. *Até que as Pedras se Tornem mais Leves que a Água*. Lisboa: Dom Quixote.
- Batalha, Luís. 2004. *The Cape Verdean Diaspora in Portugal: Colonial Subjects in a Postcolonial World*. Lanham: Lexington Books.
- Blanchard, Pascal, dir. 2012. *La France Noire: Présence et Migrations des Afriques, des Amériques et de l’OCÉAN Indien en France*. Paris: La Découverte.
- Borges, Pedro, Aida Freudenthal, e Tomás Medeiros, org. 1995. *Mensagem: Número Especial do Cinquentenário da Casa dos Estudantes do Império*. Lisboa: ACEI.
- Brasão, Inês. 2012. *O Tempo das Criadas: a Condição Servil em Portugal (1940-1970)*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Brásio, António. 1944. *Os Pretos em Portugal*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Carreira, António. 1977. *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Castelo, Cláudia, e Miguel Bandeira Jerónimo, org. 2017. *Casa dos Estudantes do Império: Dinâmicas Coloniais, Conexões Transnacionais*. Lisboa: Edições 70.
- Castro, José, e José Luís García. 1995. “A Batalha’ e a Questão Colonial.” *Ler História* 27-28: 125-146.
- Chabal, Patrick. 1994. *Vozes Moçambicanas*. Lisboa: Vega.
- Chissano, Joaquim. 2011. *Vidas, Lugares e Tempos. Alfragide: Texto*.
- Domingos, Mário. 1960. *Menino entre Gigantes*. Lisboa: Prelo.
- Garcia, José Luís. 2012. “Um Mulato contra o Império Português. Descobrir Mário Domingues no Século XXI.” In *Estado, Regimes e Revoluções: Estudos em Homenagem a Manuel de Lucena*, editado por Carlos Gaspar, Fátima Patriarca, e Luís Salgado de Matos, 457-483. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Garcia, José Luís. 2017. "The First Stirrings of Anti-Colonial Discourse in the Portuguese Press." In *Media and the Portuguese Empire*, editado por José Luís Garcia, Chandrika Kaul, Filipa Subtil, e Alexandra Santos, 125-143. Cham: Palgrave Macmillan.
- Gilroy, Paul. 2007. *Black Britain: A Photographic History*. Londres: Saqi.
- Goebel, Michael. 2015. *Anti-Imperial Metropolis: Interwar Paris and the Seeds of Third-World Nationalism*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Góis, Pedro, org. 2008. *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-Verdiana*. Lisboa: ACIDI.
- Gomes, Catarina. 2018. *Furriel Não É Nome de Pai. Os Filhos que os Militares Portugueses Deixaram na Guerra Colonial*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Grossegese, Orlando, e Henry Thorau, org. 2009. *À Procura da Lisboa Africana: Da Encenação do Império Ultramarino às Realidades Suburbanas*. [Braga]: Universidade do Minho. Centro de Estudos Humanísticos.
- Henriques, Isabel Castro. 2009. *A Herança Africana em Portugal*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios.
- Henriques, Isabel de Castro. 2011. *Os Africanos em Portugal: História e Memória, Séc. XV-XXI*. Lisboa: Comité Português Projecto UNESCO Rota dos Escravos.
- Henriques, Isabel de Castro. 2019a. *A Presença Africana em Portugal, uma História Secular: Preconceito, Integração, Reconhecimento (Séculos XV-XX)*. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- Henriques, Isabel de Castro. 2019b. *Mulheres Africanas: O Discurso das Imagens (Sécs. XV-XX)*. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- Henriques, Isabel de Castro. 2019c. *Roteiro Histórico de uma Lisboa Africana, Séculos XV-XXI*. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- Henriques, Isabel Castro, e Pedro Pereira Leite. 2013. *Lisboa, Cidade Africana: Percursos e Lugares de Memória da Presença Africana, Séculos XV-XXI*. Lisboa/Ilha de Moçambique: Marca d'Água – Publicações e Projetos.
- Hirsch, Marianne. 2008. "The Generation of Postmemory." *Poetics Today* 29 (1): 103-128.
- Lahon, Didier. 1999. *O Negro no Coração do Império. Uma Memória a Resgatar: Séculos XV a XIX*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Lopes, Alexandra. 2017. "Invisible Man: Sketches for a Portrait of Mário Domingues, Intellectual and (Pseudo)Translator." In *Authorizing Translation*, editado por Michelle Woods, 61-79. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Lopes Filho, João. 2007. *Imigrantes em Terra de Emigrantes*. CV: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Loude, Jean-Yves. 2005. *Lisboa, na Cidade Negra*. Lisboa: Dom Quixote.
- Machado, Fernando Luís. 2009. "Quarenta Anos de Imigração Africana: Um Balanço." *Ler História* 56: 135-165.

- Martins, Bruno Sena. 2019. "Os Negros em Portugal." Buala, 26 de Maio. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/a-ler/os-negros-em-portugal>
- Mata, Inocência, org. 2010. *Francisco José Tenreiro: As Múltiplas Faces de um Intelectual*. Lisboa: Colibri.
- Matará, Marc. 2015. *Black London: The Imperial Metropolis and Decolonization in the Twentieth Century*. Oakland: University of California Press.
- Mateus, Dalila Cabrita. 1999. *A Luta pela Independência: A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Mateus, Dalila Cabrita. 2006. *Memórias do Colonialismo e da Guerra*. Lisboa: Edições Asa.
- Monteiro, Vladimir Nobre. 1995. *Portugal Crioulo*. Lisboa: Instituto da Cultura e da Língua.
- Oliveira, Jorge Eduardo da Costa. 1993. *A Economia de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: IICT e ICE.
- Oliveira, Pedro Aires. 2017. "Portugal's Empire in the Wake of WWI: Coping with the Challenges of Pan-Africanism and the League of Nations." *E-Journal of Portuguese History* 15 (1): 129-152.
- Peralta, Elsa, e Nuno Domingos. 2019. "Lisbon: Reading the (Post-)Colonial City from the Nineteenth to the Twenty-First Century." *Urban History* 46 (2): 246-265.
- Pires, Rui Pena. 2003. *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Oeiras: Celta Editora.
- Portugal. Instituto Nacional de Estatística. 1945. *VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940. Volume XII – Distrito de Lisboa*. Lisboa: Soc. Tipográfica.
- Portugal. Instituto Nacional de Estatística. 1952. *IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950. Tomo I – População residente e presente*. Lisboa: Tipografia Portuguesa.
- Reed, Robert. 1971. "Os 'Meninos Lobos' e os Meninos Salvos." *Permanência: Revista mensal de actualidades ultramarinas* 2 (14): 20-22.
- Reid, Kirsty, and Fiona Paisley, eds. 2017. *Sources and Methods in Histories of Colonialism Approaching the Imperial Archive*. Abingdon: Routledge.
- Rocha, Edmundo. 1998. *O Clube Marítimo Africano: A sua Contribuição para a Luta pela Independência Nacional dos Países sob Domínio Colonial Português, 1955-1961*. Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência.
- Rodrigues, Ana Maria, coord. geral. 1999. *Os Negros em Portugal, Séc. XV a XIX*. Lisboa: CNCDP.
- Roldão, Cristina. 2019. "Feminismo Negro em Portugal: Falta Contar-nos." *Público*, 18 de Janeiro. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/01/18/culturaipilon/noticia/feminismo-negro-portugal-falta-contarnos-1857501>
- Sanches, Manuela Ribeiro. 2013. "Lisboa, Capital do Império. Trânsitos, Afiliações, Transnacionalismos." In *Cidades e Império Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-Coloniais*, editado por Elsa Peralta e Nuno Domingos, 279-318. Lisboa: Edições 70.

- Silva, Elisa Lopes da Silva e Bárbara Direito. 2019. "As Histórias da História de África. Entrevista a Isabel de Castro Henriques." *Práticas da História* 8: 221-257.
- Tinhorão, José Ramos. 1988. *Os Negros em Portugal: Uma Presença Silenciosa*. 1.^a edição. Lisboa: Caminho.
- Varela, Pedro, e José Pereira. 2019. "As Origens do Movimento Negro e da Luta Antirracista em Portugal no Século XX: A Geração de 1911-1933." *Buala*, 8 de Janeiro. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/mukanda/as-origens-do-movimento-negro-e-da-luta-antirracista-em-portugal-no-seculo-xx-a-geracao-de-1>
- Varela, Pedro, e José Pereira. 2020. "As Origens do Movimento Negro em Portugal (1911-1933): Uma Geração Pan-Africanista e Antirracista." *Revista de História* 179: 1-36.
- Vasconcelos, João. 2012. "Africanos e Afrodescendentes no Portugal Contemporâneo: Redefinindo Práticas, Projetos e Identidades." *Cadernos de Estudos Africanos* 24: 15-23.
- Zau, Filipe. 2005. *Marítimos Africanos e um Clube com História*. Lisboa: Universitária Editora.

CLÁUDIA CASTELO é atualmente investigadora contratada no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e membro do projecto AFRO-PORT. Doutorada em Ciências Sociais (Universidade de Lisboa), tem-se dedicado à história da circulação de pessoas, ideias e conhecimento científico no império colonial português nos séculos XIX e XX.